



Quem não declarou bens pode regularizar situação

Servidores que descumpriram prazo têm até 6 de março para acertar informações

Do total de 186.177 servidores estaduais ativos, 21.171 não entregaram a declaração de bens e valores de 2020 no prazo estipulado pela Controladoria Geral do Estado (CGE). Todos eles poderão sofrer diversas consequências, sendo uma delas, em última instância, a demissão do cargo público. Agora, esses profissionais que não apresentaram os dados no Sistema de Controle de Bens Patrimoniais dos Agentes Públicos do Poder Executivo Estadual (Sispatri) devem ficar atentos: é possível regularizar a sua situação a partir de hoje até o dia 6 de março.

A Controladoria ressaltou que, após esse prazo, se os servidores não prestarem as informações, irão responder a um processo administrativo. A partir daí, de acordo com o andamento das apurações, o funcionário estará sujeito às sanções administrativas. E, em última hipótese, há risco de desligamento. Vale lembrar que a exigência alcança não só os estatutários, mas os profissionais comissionados também.



Todos os servidores ativos vinculados ao Poder Executivo estadual têm apresentar a declaração

Investimentos, imóveis e outros patrimônios

► A declaração é obrigatória e deve ser feita anualmente por meio do Sispatri. Desde 2019, todos os funcionários que possuem vínculos ativos com o Estado do Rio de Janeiro têm que apresentar as informações no sistema virtual. O Sispatri aprimora a

gestão de informações patrimoniais dos profissionais e foi instituído pelo Decreto 46.364, em julho de 2018. A obrigatoriedade vale apenas para o pessoal da ativa e está prevista pelo Decreto 42.533, de 2010, que regulamenta a aplicação da Lei Federal 8.429 de 1992 no Rio.

Devem ser declarados todos os bens e as fontes de renda, como imóveis, dinheiro, bens móveis, investimentos financeiros e participações societárias. Em caso de dúvida, o profissional deve entrar em contato com o setor de Recursos Humanos do seu órgão.

REFORÇO DE CAIXA

Rio pode recuperar R\$ 90 milhões

■ A Prefeitura do Rio atua em várias frentes para reverter o difícil quadro financeiro que assola a cidade. E uma das medidas implementadas em solo carioca está a cargo da Procuradoria Geral do Município (PGM). O órgão iniciou em janeiro a cobrança de débitos inscritos em dívida ativa por meio do protesto. São cerca de 300 mil Certidões de Dívida Ativa para serem protestadas em cartório esse ano. A estimativa de receita, com isso, é de R\$ 90 milhões. Na prática, trata-se de uma cobrança extrajudicial,

ou seja, uma etapa no âmbito administrativo antes de gerar consequências jurídicas para os inadimplentes. Os débitos são de impostos, como IPTU, ISS, ITBI, além de multas administrativas. Se os valores não forem pagos à vista ou em até 84 vezes os devedores poderão ser inscritos nos sistemas de restrição ao crédito. “É uma medida de desjudicialização, que possibilita que a cobrança seja realizada de forma mais rápida”, ressaltou o procurador-geral do Município do Rio, Daniel Bucar.



Procuradoria iniciou cobrança por meio do protesto em janeiro

VACINAÇÃO

Prioridade para a Segurança Pública

■ Começou a tramitar em regime de urgência na Alerj um projeto de lei para que militares e os demais agentes de Segurança Pública do Estado do Rio entrem no grupo prioritário de vacinação contra a covid-19. De caráter impositivo ao Executivo, o projeto beneficia

policiais militares e civis, polícia penal e agentes do Degase, que deverão comprovar o efetivo exercício do cargo durante a vigência da calamidade na saúde pública estadual, para que possam gozar da prioridade na vacinação. O texto é de autoria de Charles Batista (PSL).

AINDA FALTAM
DUAS RODADAS,
MAS O BRASILEIRÃO
JÁ TEM UMA CAMPEÃ.

A TUPI TEM MAIS AUDIÊNCIA QUE TODAS AS OUTRAS QUE TRANSMITEM FUTEBOL SOMADAS. ACOMPANHE AS ÚLTIMAS RODADAS NA LÍDER. BRASILEIRÃO É AQUI.

SIGA O JOGO DOS LÍDERES COM
O TIMAÇO DA TUPI. SEQUE A LÍDER.



11:21 OHTZ
VINTÉUM